RESUMO

O objetivo desse trabalho é compreender as questões que se colocam para o estudo de gênero nas escolas de educação básica no Brasil, seus avanços e dificuldades atualmente. Esse tema possui alta relevância devido ao fato de ser nas escolas que as crianças passam grande parte de suas vidas, onde se estabelecem relações sociais e a formação de identidades. Dessa forma, a escola se coloca como um espaço que pode tanto reproduzir estereótipos e preconceitos sociais e de gênero quanto se colocar como um espaço de vivências e experiências que visem desenvolver um olhar crítico e aberto à diversidade e pluralidade de ideias. A escola tem a função de preparar os alunos para o mundo, para exercerem sua cidadania e autonomia, dessa forma, necessita ter um olhar aberto para a compreensão da desigualdade de gênero, pensar em formas de como lidar com ela e superá-la.
Para cumprir seu objetivo esse trabalho realizou uma revisão bibliográfica sobre o assunto, procurando compreender como vem sendo realizadas as práticas pedagógicas no que concerne ao estudo de gênero nas escolas, seus limites e desafios. A pesquisa nos demonstrou que para a implantação de uma educação que vise a superação de desigualdades de gênero, preconceitos e estereótipos sociais há a necessidade de se reforçar a formação de professores, melhorar o diálogo sobre o assunto dentro e fora das escolas e o estabelecimento de políticas públicas educacionais mais efetivas. O trabalho demonstrou também a influência da ofensiva do movimento antigênero que apregoa pautas conservadoras que reforçam papeis de gênero desiguais para homens e mulheres, vendo o estudo de gênero nas escolas como responsável por desestruturar os valores da família tradicional heteronormativa e patriarcal. Houve um aumento de pautas conservadores no debate público nos últimos anos, assim como um aumento no número dos casos de violência de gênero e feminicídios, o que nos demonstra a urgência de se trabalhar e estudar esse tema dentro das escolas.
PALAVRAS-CHAVE: estudo de gênero; currículo; educação básica; equidade; formação docente.

1. Introdução

O estudo de gênero na educação básica tem ganhado relevância crescente nas últimas décadas diante do reconhecimento de que a escola não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas um lugar de construção de identidades e relações sociais. Estudos sobre gênero examinam como papéis, expectativas e normas sociais relacionados a homens, mulheres e outras identidades de gênero se manifestam e são reproduzidos no ambiente escolar. A educação básica — que inclui educação infantil, ensino fundamental e médio — desempenha função central na formação de sujeitos críticos capazes de questionar estereótipos e desigualdades sociais.
Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre o estudo de gênero nas escolas, visando compreender qual é a sua importância e relevância, levando-se em conta que nos últimos anos houve um aumento de pautas conservadoras no debate público. A escola se tornou um dos principais alvos das correntes conservadoras, que enxergam professores e educadores como doutrinadores de uma ideologia que visa acabar com os valores da família tradicional, formada pelo pai, mãe e filhos. Qualquer desvio ou formato diferente é rechaçado e discriminado. Essa ofensiva conservadora ocorre paralelamente a um período da história em que houve diversos avanços na área de direitos humanos e sociais, quando diversas políticas públicas foram colocadas em ação visando reduzir a desigualdade e a violência de gênero. Também ocorre em um período em que o público LGBTQIA+ está cada vez mais engajado na luta por reconhecimento social de suas pautas, como o casa-

mento homoafetivo.
A pesquisa nos demonstrou que embora tenhamos nos últimos anos avançado nas pautas dos direitos humanos e sociais visando a desigualdade de gênero, pautas conservadoras tomaram o debate público, viraram projetos de lei e conseguiram algumas vitórias, como o caso da promulgação do Plano Nacional de Educação em 2014, que retirou a palavra gênero dos currículos nacionais, estaduais e municipais (VIANA, 2020). Esse processo culminou em uma pressão sobre as escolas e docentes que passaram a não trabalhar o assunto de gênero com os alunos com medo de represálias seja do sistema de ensino seja das famílias. Podemos dizer que essa ofensiva tomou corpo a partir da criação do Movimento Escola Sem Partido, em 2004 criado com o intuito de denunciar escolas e professores que trabalhassem com a temática de gênero.
A pesquisa nos demonstrou que precisamos investir na formação de professores, pois ela é essencial para a promoção de uma educação mais inclusiva e para enfrentar as resistências encontradas na discussão de gênero nas escolas. As formações docentes proporcionam uma maior compreensão e sensibilidade quanto ao assunto, assim como estimula reflexões críticas sobre si mesmos e sobre como melhorar as práticas pedagógicas visando a inclusão e a equidade, para o estabelecimento de uma escola mais justa e democrática.

2. Desenvolvimento

2.1. Conceito de Gênero e a Educação

O conceito de gênero é empregado nas ciências humanas para compreender as construções sociais das diferenças e desigualdades entre identidades femininas, masculinas e não-binárias. Nesse campo, a identidade de gênero é distinta do sexo biológico, sendo construída culturalmente e historicamente. De acordo com Louro (2003, p. 11) devemos compreender a sexualidade não somente como uma questão pessoal, mas como uma questão social e política, pois esta é apreendida, construída ao longo de toda a vida, de diferentes modos, por todos os sujeitos:

"Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade."

O conceito de gênero pode ser entendido então culturalmente a partir dos papeis sociais atribuídos a homens e mulheres (LOURO, 2014, 27). Trata-se de um conceito amplo, uma expressão "guarda-chuva" que abarca diferentes noções e que se modifica ao longo do tempo, sendo também o gênero um campo de disputas teóricas (SILVA et al, 2022, p. 430-431).
"Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem." (LOURO, 2014, p. 27)

A concepção de gênero é muito profunda quando entendemos ela como socialmente construída. Ela constitui o que as pessoas são, como elas se identificam, transcende o mero desempenho de papeis sociais, como homens e mulheres. Gênero é um elemento constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 2014, p. 28-29). A identidade dos sujeitos é plural, múltipla, não sendo fixa ou permanente. O gênero constitui a identidade do sujeito, assim como outros aspectos de pertencimento coletivo, como questões étnicas, sexuais, de classe, de língua, etc. "O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros." (LOURO, 2014, p. 29). Sendo assim, podemos entender que instituições sociais, como a justiça, a Igreja, as

escolas ou mesmo o governo, são atravessadas pelos gêneros. Dito de outro modo, a escola, enquanto instituição social, auxilia no processo de identificação do sujeito, ou na criação de identidades de gênero.

Vivemos em uma sociedade em que os valores morais e éticos estão baseados na família heteronormativa, que possui o homem branco, heterossexual, de classe média e cristão como referência para o que seria a norma, e tudo o que não se enquadra nesse cenário é considerado diferente, o "outro". As mulheres são consideradas como o "segundo sexo", ou seja, inferior e dependente do homem, assim como outras formas de se exercer a sexualidade são consideradas como fora do padrão ou fora da norma, como a comunidade LGBTQIA+ (LOURO, 2003, pp. 15-16).

Essa norma padrão é defendida por grupos conservadores religiosos, principalmente cristãos ligados a Igrejas neopentecostais, que nos últimos anos entraram na vida pública, assumindo cargos políticos e colocando em pauta questões relacionadas à defesa da família tradicional. Nesse modelo o pai assume como figura central de autoridade, devendo a mulher e os filhos responder aos seus comandos. Essa estrutura se coloca como uma base que procura organizar todo o tecido social, e qualquer coisa que seja diferente desse modelo é repelida ou discriminada.

A escola, enquanto instituição social, pode reforçar ou desafiar estereótipos de gênero através de suas práticas pedagógicas, materiais didáticos e interações em sala de aula. Também é na escola que as crianças passam grande parte da sua infância e desenvolvem autonomia e identidade enquanto sujeito social. A escola quando assume as normas heteronormativas da família tradicional realiza um processo de disciplinarização dos corpos, ou pedagogia da sexualidade, que de acordo com Louro, é "muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas quase sempre, eficiente e duradoura" (2003, p. 17).

Vimos que a produção das identidades dos sujeitos é plural e muda a todo momento, sofrendo influência do meio em que estão inseridas. Num meio social que estipula o que é feminino e o que é masculino a todo instante, por meio de suas instituições e práticas sociais, determinadas formas de comportamento e modos de ser e existir são impostas para os indivíduos, conforme nos explica Louro (2003, p. 25)

"Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas."

Sendo assim, podemos dizer que quando a escola afirma determinados padrões de comportamento, para que sejam heteronormativos, ela recusa, nega e ignora outras formas de ser e existir, "a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia". (LOURO, 2003, p. 27). Ou seja, a escola acaba servindo para manter uma estrutura social desigual entre os indivíduos, reforçando estereótipos de gênero e de papéis sociais.

2.2. A educação como um direito social e a luta pela igualdade de gênero

A Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como Constituição Cidadã, ao estabelecer diversos direitos sociais e prever a garantia da prática de uma cidadania plena. A Educação foi consagrada como um dos direitos sociais para todas as pessoas, sendo prevista como um dever do Estado, da família, com a colaboração da sociedade, ou seja, uma responsabilidade compartilhada. O objetivo da Educação previsto nessa legislação visa o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"1.

Após a promulgação da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada em 1996 e veio estabelecer os princípios nos quais a educação deve ser assentada. No seu artigo 3°estabe-

lece esses princípios, dentre os quais o respeito à liberdade e o apreço pela tolerância, assim como a garantia do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas2. Ou seja, está previsto na legislação a garantia de igualdade de direitos, a equidade social e a valorização dos direitos humanos.

A agenda de gênero encontrou subsídio nessa legislação, assim como a proposta de universalizar o acesso à educação e promover a equidade social. Um marco importante foi a assinatura do Brasil, e de mais 155 países, com o compromisso de eliminar a violência e a discriminação contra a mulher, por meio da Declaração de Jontiem na Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, ratificada pela Cúpula Mundial de Educação para Todos, em Dakar no ano 2000 (SILVA et al, 2022).

Nos anos 1990 ocorreram também conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) voltadas para a população e para o tema específico das mulheres. Nesse contexto a pauta da igualdade de gênero foi apresentada como um objetivo importante a ser perseguido pelos países (MIGUEL, 2016, p. 597).

No Brasil, como desdobramento da promulgação da LDB, temos a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que previram a inclusão do tema de orientação sexual como tema transversal (SILVA et al, 2022, p. 438). Esse contexto favoreceu a colocação de pautas sobre igualdade de gênero no debate público, assim como o fomento a pesquisas demonstraram a importância de se trabalhar o assunto dentro das escolas.

2.3. A ofensiva conservadora e a criação da "ideologia de gênero"

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacional favoreceu a emergência de pautas visando à equidade social e a estruturação dos sistemas de ensino no país prevendo garantir o acesso igualitário à educação. Destacamos a importância das Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que preveem a obrigatoriedade do ensino da história e culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras nos currículos de educação básica do país.

Entretanto, paralelamente a isso ocorreu também a estruturação de uma ofensiva conservadora baseada em um fundamentalismo religioso que se torna uma força política muito forte no Brasil a partir dos anos 1990. Pastores e líderes religiosos, assim como um grupo de extrema direita concorrem às eleições e assumem cargos políticos nas diversas instâncias de governo. Esse grupo forma o que se conhece como "bancada religiosa" e possui a característica de ser heterogêneo, ou seja, vindo de diferentes denominações e forças religiosas, tanto evangélicas como católicas. Como nos complementa Miguel (2016, p. 593):

"O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos."

O Movimento Escola Sem Partido (MESP) foi criado em 2004 e é um produto dessa aliança política que acusa as escolas de realizarem uma "doutrinação ideológica" e propõem medidas visando coibir e coagir o trabalho de professores em sala de aula (MIGUEL, 2016).

Essa onda conservadora mobiliza setores da sociedade civil contra as políticas de gênero que estavam em andamento no Brasil e na Europa. Ocorrem protestos de rua em uma verdadeira campanha de caráter transnacional contra a legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo, o aborto e o estudo de gênero nas escolas e universidades. Tratava-se de campanhas encabeçadas pela extrema direita que acabavam criando um verdadeiro pânico moral contra o que foi denominado por "ideologia de gênero", termo congregava todos os medos quanto às po-

líticas de igualdade sexual que estavam em andamento (Biroli, 2020, p, 155).
A principal instituição responsável por essa campanha moral foi a Igreja Católica, reagindo às conferências internacionais lideradas pela Organização das Nações Unidas onde as lutas por igualdade de gênero e direitos sociais foram colocadas como pauta a serem perseguidas pelos países participantes.

"A Igreja reforça sua centralidade política na medida em que busca despolitizar determinadas questões, invocando-as para a esfera em que sua autoridade seria mais legítima, que é a esfera da moral. O primeiro enquadramento da discussão, portanto, é uma oposição entre um discurso político de direitos, brandido pelos movimentos feminista e LGBT, e um discurso moral de "valores", da Igreja e de seus aliados." (MIGUEL, 2016)

Havia a preocupação, por parte da Igreja Católica, de que ao se questionar os papéis sexuais de homem e mulher, se colocaria em risco a família enquanto instituição social, e dessa forma, toda a estrutura social estaria em risco. Com os valores da família sendo debatidos, a preocupação recai sobre a educação das crianças, que estariam vulneráveis à "ideologia de gênero" 3, ao se discutirem como se formam as identidades masculinas e femininas (MIGUEL, 2016, p. 599).
No Brasil, com a ascensão da esquerda ao poder em 2002, com Luís Inácio Lula da Silva, há o reconhecimento de diversos direitos sociais e a luta pela igualdade de gênero ganha espaço. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconhece a união de casais do mesmo sexo, assim como a promulgação de leis e a criação de órgãos públicos visando conter a violência de gênero. Entretanto, a ofensiva de gênero atua para conter esses avanços, o que pode ser percebido na difamação da implementação do kit antihomofobia, apelidado de "Kit Gay" (MIGUEL, 2016) e a atuação na aprovação do Plano Nacional de Educação, que demorou anos e retirou a palavra "gênero" do texto final, o que reverberou na publicação dos planos estaduais e municipais de educação, que seguiram a mesma linha em sua maioria (VIANNA, D.; BORTOLINI, A, 2020).
A onda conservadora assume os debates públicos de modo mais ofensivo com a posse do presidente Jair Bolsonaro ao poder em 2019, que empreende um desmonte das políticas públicas em andamento. Destacamos as áreas da cultura e da educação, onde foram estruturadas de modo mais claro as ideias da extrema direita, em defesa da família heteronormativa e dos valores cristãos como base social.
Os políticos que assumem diversos cargos na estrutura política de Jair Bolsonaro possuem relações muito próximas com as igrejas neopentecostais. Em seu governo, se estruturou uma verdadeira ofensiva contra a "ideologia de gênero". Os pais e estudantes foram estimulados a denunciar escolas e professores que estivessem trabalhando com conteúdo que atentassem contra a "moral, a religião e a ética da família nas escolas brasileiras" (BIROLI, 2020, p. 111).
Podemos perceber que a ofensiva conservadora teve um papel muito importante na condução de políticas públicas educacionais nos últimos anos, procurando retirar do debate público questões relacionadas ao estudo de gênero nas escolas de educação básica e nas universidades. Isso desencadeou um reflexo na atuação de professores nas escolas, assim como na estruturação dos currículos, que passaram a refletir preconceitos de gênero e a reforçar estereótipos sociais quanto ao papel de homens e mulheres.

2.4. Formação de Professores e Currículo

A formação de professores em questões de gênero e sexualidade tem sido destacada como um elemento crucial para que práticas pedagógicas sejam transformadoras e não meramente reprodutoras de desigualdades. Uma revisão integrativa recente salienta a importância de programas de formação docente que contemplem perspectivas de gênero e diversidade para além da mera transmissão de conteúdo (SANTOS et al, 2024).
Vimos que a ausência de discussões sobre a diversidade sexual e de gênero resulta no silenciamento, invisibilização e exclusão de pessoas que se pensam diferente. A escola

como instituição social acaba refletindo os padrões sociais dominantes, ao afirmar valores heteronormativos e estereótipos de gênero, realizando uma disciplinarização dos corpos (LOURO, 2014).

Para que a escola cumpra sua verdadeira função em uma sociedade democrática, qual seja, a de trabalhar a diversidade social, o respeito às diferenças e a luta por equidade, há a necessidade de realizar a formação de cidadãos críticos, reconhecidos como sujeitos sociais capazes de transformar a realidade (FREIRE, 2002).

A formação de professores, inicial ou continuada, é também um dos principais elementos para a transformação da educação. Os professores assumem a posição de mediadores do processo educacional, "desempenhando um papel essencial na construção do conhecimento e na promoção de valores de justiça e igualdade" (SANTOS et al, 2024).

Diante do contexto atual, de cerceamento de ideias democráticas e de retrocesso no reconhecimento de direitos humanos e sociais, é de extrema importância que os professores tenham ciência de seu papel relevante dentro da escola e valorizem a sua formação. Assim como os sistemas de ensino devem reconhecer essa deficiência e investir em programas de formação continuada.

Quando realizada, a formação docente propicia diálogo, reflexão e uma abordagem mais afetiva e acolhedora das diferenças. Os professores podem rever suas práticas pedagógicas tradicionais e investir em uma pedagogia inclusiva que valoriza a diversidade sexual e de gênero. As pesquisas recentes sobre esse assunto revelam que as transformações provocadas pela formação continuada "não são efêmeras, mas sim transformações que perduram e evoluem ao longo do tempo, influenciando continuamente as práticas educativas e perspectivas pessoais dos professores" (SANTOS et al, 2024).

Vários desafios se colocam para os educadores e para as escolas ao abordarem a temática de gênero e diversidade. Esses desafios passam pelo enfrentamento de um contexto social e político conservador, cerceador de ideias e práticas inclusivas, havendo a necessidade de se superar os estereótipos e conflitos culturais tradicionais. Trata-se de um ambiente social que muitas vezes inibe discussões amplas sobre sexualidade e gênero.

Outro desafio é o reconhecimento da deficiência na formação atual de professores, que precisa ser revista. Os educadores precisam perceber que seu pensamento e posicionamento críticos são fundamentais para a implantação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Destacamos também a falta de apoio institucional aos professores, seja por parte das escolas, seja por parte dos sistemas de ensino, se colocando como uma barreira significativa para a abordagem de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes (SANTOS et al, 2024).

Estudos também indicam que o currículo ainda é marcado por práticas sexistas e heteronormativas (LOURO, 2014). Muitas vezes, o material didático reproduz estereótipos de gênero, invisibilizando mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outras identidades dissidentes. Nesse sentido, a inserção da perspectiva de gênero no currículo é apontada como estratégia para promover a inclusão e combater preconceitos.

O caminho para uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática possui vários obstáculos, mas os benefícios de sua aplicação são inestimáveis. A revisão do currículo e uma formação docente mais efetiva se colocam como dois pilares importantes dessa transformação, como afirma o estudo de Santos et. al. (2024, p. 333):

"O desenvolvimento e a implementação de programas de formação em gênero e sexualidade são fundamentais para preparar os professores para enfrentar desafios relacionados à diversidade, e para promover uma cultura escolar que respeite e valorize todas as formas de expressão de gênero e sexualidade. Somente com um compromisso renovado e focado nessa direção, poderemos avançar em direção a uma educação que verdadeiramente honre e celebre a diversidade em todas as suas formas."

3. Considerações Finais

Esta revisão bibliográfica evidenciou que o estudo de gênero na educação básica é um campo multifacetado que abrange desde representações em materiais didáticos até práticas docentes e formação profissional. A construção de uma educação mais equitativa requer não apenas pesquisa contínua, mas também diálogo entre políticas educacionais, comunidades escolares e sociedade civil para garantir que a escola contribua para a desconstrução de estereótipos e desigualdades sociais.

Embora haja resistências, percebemos que há a necessidade de inserir a temática de gênero de maneira transversal no currículo e na formação docente, como estratégia para promover a equidade e combater preconceitos. A continuidade de pesquisas e práticas pedagógicas nesse âmbito é fundamental para consolidar uma educação mais justa e inclusiva.

A escola tem a responsabilidade de formar cidadãos autônomos e conscientes, contribuindo de maneira importante para a formação de identidades diversas e plurais. Como local de formação de identidades, deve reconhecer os estudantes como sujeitos sociais, ou seja, em condições de criar a sua trajetória, construir a sua história. Para isso, têm os professores a função de atuar como importantes mediadores entre o conhecimento historicamente construído e os estudantes, propiciando trocas de vivências e experiências que servem para moldar as suas identidades. A escola se torna assim efetivamente um local de transformação social, para isso os professores precisam reconhecer sua importância estratégica. Percebemos que há a necessidade de se investir na formação docente para que assumam essa difícil tarefa.

Vivemos nos últimos anos um período de grandes conquistas visando a igualdade de gênero e o reconhecimento de direitos sociais, como o casamento homoafetivo e legislação visando combater a violência contra as mulheres, assim como outras minorias sociais. Paralelamente a isso, vivemos uma ofensiva conservadora que assumiu postos políticos estratégicos que atuou incansavelmente visando coibir o estudo de gênero nas escolas e reforçando estereótipos sociais quanto a função dos homens e mulheres.

Para lidar com esses desafios é importante que a sociedade se abra para o diálogo, o que pode ser conseguido por meio da formação de professores que podem servir como pontes para um diálogo crítico entre a escola e a sociedade, reforçar o investimento em políticas públicas na área de educação e direitos sociais e se criar um apoio institucional para os docentes poderem trabalhar objetivando uma educação democrática e verdadeiramente inclusiva. Os estudos de gênero nos demonstram a urgência em se trabalhar com essa temática dentro da escola, em um momento de formação inicial dos nossos estudantes, para instrumentalizá-los a viver em um ambiente diverso, democrático, plural e verdadeiramente inclusivo.

4. Referências Bibliográficas

BIROLI, F. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina / Flávia Biroli, Juan Marco Vaggione, Maria das Dores Campos Machado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. Quem tem medo de gênero. São Paulo: Boitempo, 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério D. "O direito à educação frente à ofensiva reacionária antigênero – a escola democrática e a liberdade de ensinar na mira dos 'defensores da família e da infância'". In: NETO, H.S.M; VIÉGAS, L.S; OLIVEIRA, E.C. (Orgs.). Educação, pobreza e desigualdade social: escritos de subversão. Salvador: EDUFBA, 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. "Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no Parlamento Brasileiro". Revista Direito e Práxis, vol. 7, n.

15, 2016, pp. 590-621.
MISKOLCI, R; CAMPANA, M. “‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. Revista Sociedade e Estado, vol. 32, Número 3, set./dez. 2017.
MISKOLCI, R. “Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ‘ideologia de gênero’”. Cadernos Pagu, (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu/Unicamp, 2018.
SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta! O papel da ‘ideologia de gênero’ no atual projeto político de poder”. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr. 2020.
Silva, E. C. M. da; Costa, M. E.; Ribeiro, L. P. Gênero e educação: uma revisão sistematizada da literatura entre 2000 e 2018. Diversidade e Educação, 2024.
Santos, T. Z. dos; Rocha, L. D. da; Medeiros, N. Formação de professores em gênero e sexualidade na educação básica: uma revisão integrativa. Momento – Diálogos em Educação, 2024.
VIANNA, D.; BORTOLINI, A. “Discurso anti gênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. Educação e Pesquisa. São Paulo,
v. 46, 2020.